

OS NOVE MAGNÍFICOS

OUTRAS OBRAS DA AUTORA:

Um Certo Sorriso
Seis Histórias de Amor (co-autora)
A Minha Cozinha
Dieta (à minha maneira)
Agenda de Sabores
O Tempo e os Afectos
Querida Menopausa (cartas com Rita Ferro)
Bocados de Nós
Porque é que as Mulheres Gostam de Homens
Coisas que Sei... ou Julgo Saber
Mulheres que Amaram Demais
Nós de Amor
Receituário
Caminhos do Coração
Coma Comigo
Aquilo em Que Eu Acredito
O Amor É Difícil
Vida e Alma
O que Aprendi com a minha Mãe
E Nada o Vento Levou
Erros Meus, Má Fortuna, Amar Sempre?
Caminhos para Deus
Gosto de Gostar
Memórias de Uma Vida Consentida
As Nove Magníficas
Conversas com Maria

HELENA SACADURA CABRAL

OS NOVE MAGNÍFICOS



Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.
Reprodução proibida por todos e quaisquer meios.

Por vontade expressa da autora, a presente edição não segue a grafia
do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

© 2017, Helena Sacadura Cabral
Direitos para esta edição:
Clube do Autor, S. A.
Avenida António Augusto de Aguiar, 108 – 6.º
1050-019 Lisboa, Portugal
Tel. 21 414 93 00 / Fax: 21 414 17 21
info@clubedautor.pt

Título: *Os nove magníficos*
(edição original © 2012)
Autor: Helena Sacadura Cabral
Revisão: Silvina Sousa
Paginação: Gráfica 99
Impressão e acabamento: Cafilesa – Soluções Gráficas, Lda. (Portugal)

ISBN: 978-989-724-388-2
Depósito legal: 431 732/17
1.ª edição: Outubro, 2017

www.clubedautor.pt

*Ao meu filho Miguel,
cuja memória me acompanhará
até ao fim dos meus dias.*

ÍNDICE

Antes de começar	11
I. D. Afonso Henriques (1109-1185)	13
II. D. Dinis (1261-1325)	47
III. D. João I (1357-1433)	83
IV. D. João II (1455-1495)	107
V. D. Manuel I (1469-1521)	135
VI. D. João IV (1604-1656)	167
VII. D. José I (1714-1777).....	193
VIII. D. João VI (1767-1826)	223
IX. D. Carlos I (1863-1908)	251
Notas	285
Fontes e Bibliografia	291

ANTES DE COMEÇAR...

Este livro é, de algum modo, a sequência do anterior *As Nove Magníficas*. Como então referi, estas curtas biografias não são manuais de História de Portugal. São, sobretudo, algumas «estórias» da História do nosso país.

O que me moveu antes, e o que me levou, depois, a escrever mais este foi, outra vez, o prazer de descobrir quem foram as pessoas que se esconderam por detrás das personagens que a vida encarregou de colocar, ao longo dos séculos, como governantes da nossa gente.

Nem todos eles terão sido magníficos intérpretes dessa função que apelidamos de governar. E nem todos terão correspondido ao que hoje consideramos ser o conceito de magnificência.

Muitos terão, mesmo, mostrado alguma crueldade aos olhos de quem vive no século XXI. Mas todos, ou quase todos, tiveram um projecto de engrandecimento para o reino, uma ideia para Portugal, pela qual lutaram denodadamente.

É evidente que, como seres humanos, cometeram erros e obtiveram sucessos. Porém, todos eles irradiaram, no seu tempo, uma luz que, definitivamente, os distinguiu dos simples mortais.

Não ousarei dizer quais são os meus magníficos de eleição. Mas eles existem. E, provavelmente, cada leitor elegerá os seus,

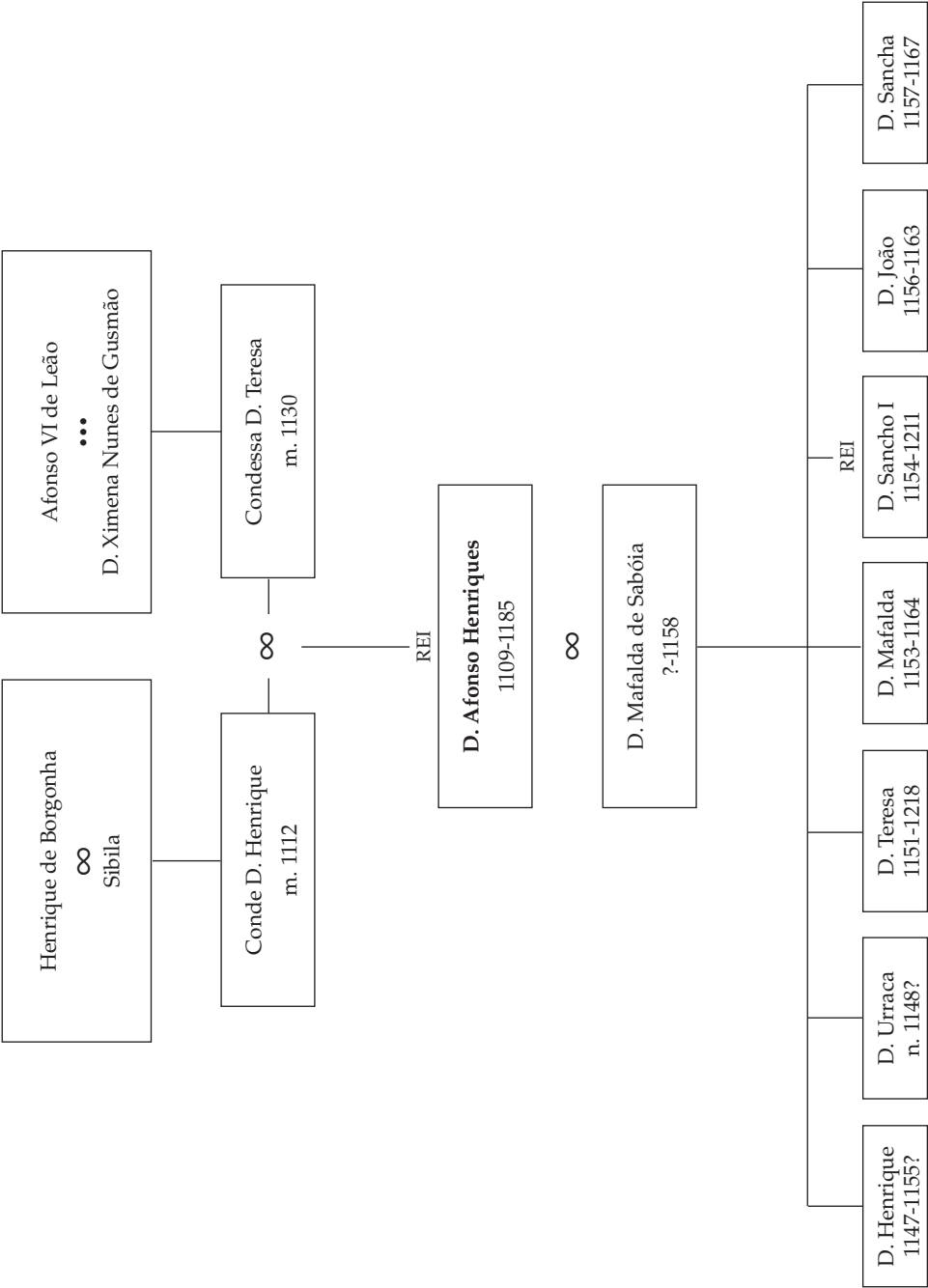
de acordo com valores muito pessoais. Espero, até, que essa diversidade seja uma das mais-valias deste livro.

Os reis que aqui estão correspondem a uma escolha minha. Que, como tal, é discutível. Escolhi-os não só porque foram magníficos homens de poder, mas também porque a sua existência os revelou seres humanos especiais!

HELENA SACADURA CABRAL
Outubro de 2017

I
D. AFONSO HENRIQUES
1109-1185





O INÍCIO DESTA HISTÓRIA

A vida de todos nós é condicionada por diversos factores, que vão da genética ao ambiente familiar e social em que vivemos. Com os reis não é diferente. Por isso, quando se conta a história da vida de D. Afonso Henriques, torna-se necessário perceber o tempo em que viveu, a família em que nasceu e o meio social em que esteve inserido.

No século XI, graças à reconquista cristã em curso, a Península Ibérica era uma terra de oportunidades para gente que as não possuía, sobretudo os filhos segundos, que pouca ou nenhuma hipótese tinham de obter fortuna e títulos por heranças. Este era, pois, um cenário muito atractivo para as ambições de jovens nobres oriundos das principais cortes e condados da Europa. Foi nesta conjuntura que os jovens «franceses» Henrique e Raimundo chegaram à Península. E é assim que começa esta história.

Ambos segundos filhos, Raimundo e Henrique tinham a seu favor ligações não só aos condes e duques de Borgonha, mas também à poderosa e influente Ordem religiosa de Cluny.

Aceita-se ter sido por volta de 1090 que o rei de Leão e Castela, Afonso VI, deu a Raimundo de Borgonha a sua filha Urraca em casamento e concedeu – mais tarde – o título de

conde e o território da Galiza, que integrava terras portucalenses, entre os rios Minho e Douro.

Por volta de 1093, será a vez de Henrique chegar à Península. O seu irmão mais velho, Eudes I, era cunhado de Raimundo. Assim, estes dois homens não eram primos, como durante muito tempo se pensou, mas membros de duas famílias diferentes, ligadas por laços matrimoniais. Henrique, que se crê tenha vindo atraído pelo sucesso alcançado por Raimundo, gozava da fama de bom guerreiro, ao contrário do primeiro, que mostrava grandes dificuldades em defender os territórios que estavam à sua guarda.

Estas razões terão, decerto, pesado na decisão de Afonso VI de Leão e Castela conceder a Henrique a mão de Teresa, sua filha ilegítima, e o Condado Portucalense, que, à época, agrupava os antigos condados de Portucale e de Coimbra e que ficavam, assim, destacados da Galiza.

A data provável do enlace terá sido 1096. Nessa altura, Raimundo terá entregado a Henrique o governo independente dos territórios Entre Minho e Tejo, temendo uma iminente invasão moura. Raimundo permaneceu a norte, entregue aos complexos problemas internos galegos.

Afonso VI ter-se-á casado cinco vezes e tido incontáveis relações extramatrimoniais, como era costume nessa época. O quarto casamento foi com a moura Zaida, que fez baptizar com o nome de Isabel. Em 1100 nasceu D. Sancho, o seu único filho varão, que D. Afonso VI decide considerar seu legítimo herdeiro. Uma decisão que não agradou a Henrique nem a Raimundo, que estava casado com D. Urraca, filha nascida do segundo casamento do rei D. Afonso VI.

É que a possibilidade de o infante D. Sancho ocupar o trono punha em perigo as pretensões do «partido pró-francês»

formado por um grupo de cavaleiros, monges e clérigos, que era apoiado pelos recém-chegados. Para reforçar esta corrente galesa, chegou a vir à Península Dalmácio Geret, um enviado de Hugo de Cluny, abade e líder da Ordem com o mesmo nome.

Em finais de Janeiro de 1104, Raimundo e Henrique celebram um pacto, na presença de Geret, no qual o segundo reconhece o primeiro como legítimo herdeiro dos reinos de Leão, Castela e Galiza, prometendo-lhe defesa na qualidade de seu vassalo. Em contrapartida, Raimundo promete conceder a Henrique o território de Toledo com um terço dos seus tesouros ou, em alternativa, o reino da Galiza.

Mas, em política, como bem sabemos, nem sempre os acontecimentos decorrem como se espera. O nascimento de Afonso Raimundes, filho de Urraca e Raimundo, altera a situação e coloca em novos termos o problema da sucessão régia.

Uma série de mortes vai voltar a baralhar o esquema nesta matéria. Primeiro falece Raimundo, em 1107, e um ano depois D. Sancho, filho e herdeiro preferido do rei de Leão.

Estes óbitos, as intrigas na corte leonesa e o casamento, em segundas núpcias, de D. Urraca com D. Afonso I, rei de Aragão, levaram à necessidade de novos realinhamentos, nomeadamente por parte de D. Henrique, que se recusava a aceitar D. Urraca como rainha e sucessora do reino de Leão, ganhando a fúria do sogro, que o catalogou como traidor.

A 29 de Junho de 1109, morre Afonso VI e Afonso Raimundes é proclamado herdeiro do reino da Galiza, ficando a sucessão do trono leonês entregue aos futuros filhos de Urraca e Afonso.

NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO

Este foi o breve intróito ao caminho que agora vai conduzir-nos à possível interpretação da história do nascimento da nossa nação.

A documentação existente é escassa e sofreu, ao longo dos tempos, sucessivas interpretações. Apesar disso, foi com base nelas que tentámos conhecer a alma e o carácter do homem a quem devemos a nossa existência como país.

Convém salientar que, apesar de o Condado Portucalense ter sido destacado da Galiza, isso não representou um corte definitivo entre as duas regiões. Por certo, terão sido interesses diversos que justificaram que tal não acontecesse, nomeadamente os da Igreja, em cujo seio se verificava um aceso conflito entre Braga e Compostela pela obtenção de um lugar de primazia.

Em meados do mês de Agosto de 1109, terá ocorrido, ao que se acredita em Viseu, o nascimento de Afonso Henriques, uma criança ligada por laços hereditários à família régia de Leão e Castela.

Como qualquer outro ser humano, iria receber de seu pai e de sua mãe os genes que viriam a marcar a sua personalidade e alguns dos seus comportamentos em sociedade.

Do lado materno, herdava um avô que se intitulava imperador de toda a Hispânia, e que conseguira reunir, sob a sua autoridade, os reinos de Leão, Castela e Galiza. Este avô, que morre no ano do seu nascimento, constituiria, na sua vida, uma referência inesquecível.

Do lado paterno, recebia uma dádiva importante, o facto de o conde D. Henrique de Borgonha ter nascido noutra latitude e ter crescido num meio que possuía uma educação bem diferente da dos nobres peninsulares. Afonso Henriques acolhia, também, a

sua alta ascendência, ao ser bisneto do rei de França, Roberto II, e a pertença a uma família que dominava grandes cidades.

De recordar que tinha ainda ligações ao poderoso abade Hugo de Cluny, irmão da sua avó, casada com o primeiro duque de Borgonha. Todas estas relações familiares são, à época, elementos importantes a ter em conta, nomeadamente quando, no futuro, o jovem cavaleiro quisesse afirmar a sua legitimidade política e a independência do seu território.

A PRIMEIRA INFÂNCIA

Acredita-se que durante a infância Afonso Henriques não tenha tido muito contacto com os seus progenitores. Aliás, o seu pai viria a morrer quando ele tinha apenas dois anos. Naquela época tinha-se por normal as crianças régias não serem educadas no lar paterno, mas junto de uma família nobre, donde saíam os aios que, de modo quase automático, se transformavam em pessoas da maior relevância na vida dos jovens. Admite-se, hoje, que Afonso Henriques terá sido criado junto da família Ribadouro, num domínio familiar perto do Mosteiro de Cárquere, onde viviam os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Neste agregado existiriam três irmãos, Ermígio, Egas e Mendo. Da documentação depreende-se que Ermígio Moniz de Ribadouro terá sido o primeiro *dapifer* (mordomo) do infante, tendo desempenhado funções políticas que o situavam, entre 1128 e 1135, como o seu verdadeiro aio. Por sua morte, e dado que não tinha descendentes, foi Egas Moniz quem se tornou o herdeiro de todo o património material e simbólico da família, ficando, inclusive, como mordomo-mor.

As suas relações pessoais com o rei revestiram-se, assim, de uma grande intimidade, corroborada pelo facto de sua mulher, Teresa Afonso, ter sido, depois de viúva, ama das infantas Teresa e Urraca e, talvez, até do futuro rei Sancho I.

Este período da vida do pequeno Afonso, que terá durado uns 12 anos, foi o dos seus primeiros passos, das primeiras palavras e dos primeiros jogos. Foi um tempo de calma e de brincadeiras, entre os filhos de Egas Moniz e os amigos das redondezas. No qual, decerto, o infante nem se terá dado conta da febril actividade política e militar de sua mãe, que governava o Condado Portucalense, enquanto o seu filho não atingia a maioridade.

Viviam-se tempos de guerra, de grandes tensões e de instabilidades políticas. Este ambiente de constante luta pelo poder e de alianças que se faziam e desfaziam consoante os interesses dos vários grupos e as circunstâncias da política terá, por certo, influenciado o carácter do jovem Afonso Henriques.

Será difícil, talvez, descobrir-lhe traços de D. Teresa, já que a documentação existente tende muito a denegrir o seu papel, atribuindo-lhe a responsabilidade por diversas dissensões que terão prejudicado o reino. Infelizmente, já então, o ser mulher era um terrível *handicap* a que, no seu caso, se juntou a oposição que fez ao poderoso arcebispo de Compostela, Diego Gelmírez, a favor das pretensões do arcebispo de Braga.

Se a progenitora não terá sido um exemplo de comportamento moral – e porque haveria de o ser? –, também não terá sido a mulher de costumes depravados que os seus opositores tentaram fazer dela. Não restarão muitas dúvidas de que D. Teresa seria uma personalidade forte, ambiciosa e convicta de que lhe assistia o direito de, pela morte de seu pai, pelo menos, vir a reinar num dos territórios que ele administrara,

ou, pelo menos, a Galiza. Sempre se considerou, no seu íntimo, rainha e disso deu público conhecimento a partir de 1117.

Nos anos seguintes, a sua regência não seria facilitada com os ataques do poderoso chefe muçulmano Ali B. Yusuf, que investiu contra Coimbra. Era necessário, para bem do território, reforçar as defesas do Mondego, obtendo o auxílio dos exércitos de além-Minho, e, convenhamos, ter um chefe militar como havia sido seu marido.

É possível que o que acabo de descrever possa ter forjado o carácter de seu filho e as suas ambições, mesmo que o convívio de ambos, nos primeiros anos de vida, não tenha sido muito intenso. De facto, a mãe andou, frequentemente, envolvida na política galega e leonesa, fazendo e desfazendo alianças, ganhando e recuperando terras. Assim, tudo nos leva a crer que foi este o exemplo que o seu filho prosseguiu, acrescentando-lhe, é evidente, as suas próprias ambições.

D. Teresa governa durante 16 anos, em duas fases bem distintas. A primeira, de 1112 a 1121, marcada pela continuidade da linha política de autonomia relativa do condado, que fora definida pelo marido. A segunda, de 1121 a 1128, menos segura e caracterizada por uma maior submissão à hegemonia galega, que não agradou aos nobres da região, nem a seu filho, que, aos 12 anos, a dois de atingir a maioridade, estava de regresso à corte, na qual era suposto continuar a sua educação num meio mais próximo da política. Em breve assumiria o poder.

Terá regressado à corte por volta de 1120, dado que foi a partir desta data que passámos a encontrar, por várias vezes, a sua assinatura nos documentos de D. Teresa, em posição superior à de Fernão Peres de Trava, de quem falamos a seguir.